

DISCURSO CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

Senhoras e senhores,

Este encontro nasce da convicção de que não existe democracia plena quando parcela da população encontra barreiras para exercer direitos fundamentais. E não existe barreira mais injusta do que aquela que impede uma criança, um adolescente ou um jovem de acessar plenamente a educação, desenvolver suas potencialidades e construir seu projeto de vida.

A forma como uma sociedade acolhe as diferenças revela o grau de maturidade de suas instituições e o compromisso que assume com a dignidade humana. Por isso, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não deve ser compreendida apenas como uma política educacional. Ela constitui uma das mais relevantes agendas de direitos humanos do nosso tempo.

Trata-se de reconhecer que estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação não devem ser definidos por suas limitações, mas reconhecidos por suas capacidades, seus talentos e suas possibilidades de desenvolvimento.

Mais do que assegurar matrícula ou presença física na escola, a inclusão exige que o sistema educacional esteja preparado para garantir acesso, permanência, participação, aprendizagem e pertencimento.

Exige escolas acessíveis. Exige recursos adequados. Exige formação continuada dos profissionais. Exige articulação entre educação, saúde e assistência social. Exige planejamento, investimento e compromisso. Mas, acima de tudo, exige que tenhamos disposição para enxergar as pessoas por trás das estatísticas.

Essa compreensão tem orientado a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Ao longo dos últimos anos, o TCE-MT consolidou uma visão contemporânea do controle externo, compatível com as demandas de uma sociedade que espera das instituições não apenas a fiscalização dos meios, mas também a promoção de resultados.

Continuamos exercendo, com independência e rigor, nossa missão constitucional de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos. Entretanto, compreendemos que o controle público moderno não se esgota na identificação de falhas ou irregularidades. Nosso desafio institucional é contribuir para que as políticas públicas sejam mais eficientes, mais eficazes e, sobretudo, mais efetivas.

É nesse contexto que se fortalece o papel orientativo e indutor de políticas públicas assumido pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso. Um papel que não substitui a gestão. Não invade competências. Mas produz conhecimento, fomenta o diálogo institucional, promove cooperação e oferece evidências para qualificar a tomada de decisões.

É exatamente essa missão que vem sendo desempenhada pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT. Por meio da COPEC, o Tribunal tem buscado compreender a realidade educacional mato-grossense, identificar desafios, produzir diagnósticos e contribuir para a construção de soluções concretas capazes de melhorar a vida dos estudantes.

Mas o TCE-MT decidiu que não podia estar só nessa linha de atuação. Acredita e busca a governança colaborativa. Assim, com poderosos parceiros institucionais, nasceu em Mato Grosso, no ano de 2023, com a inestimável contribuição do Instituto Articule, o Gabinete para a Efetividade da Política de Educação em Mato Grosso, o GAEPE-MT.

O GAEPE-MT tem apresentado resultados concretos, que também reverberam na atuação do próprio TCE-MT, que no seu exercício de instituição de controle, afiança e dá consequências aos trabalhos e produtos dessa governança colaborativa.

Foi com esse propósito que, em 2025, realizamos o Diagnóstico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nos 142 municípios de Mato Grosso. O levantamento permitiu que o Estado passasse a contar com um retrato abrangente e inédito da realidade da educação inclusiva nas redes municipais de ensino.

Os resultados revelaram importantes avanços, mas também evidenciaram desafios que exigem atenção permanente do poder público. Foram identificadas dificuldades relacionadas à oferta de profissionais de apoio escolar, à estruturação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, à acessibilidade das escolas, à formação continuada dos profissionais e à implementação de instrumentos fundamentais para o acompanhamento pedagógico dos estudantes.

Diante dessa realidade, a COPEC submeteu e o TCE-MT aprovou Nota Recomendatória nº 03 de 2025, transformando o diagnóstico em instrumento de mobilização institucional e apresentando recomendações voltadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas municipais de educação inclusiva.

Mas o compromisso com a transformação da realidade exige continuidade. Por isso, avançamos em 2026. Sob a coordenação do GAEPE-MT e com a consolidação conduzida pelo Tribunal de Contas, realizamos o levantamento “Educação Especial Inclusiva em Mato Grosso”, desta vez voltado à rede estadual de ensino. Mais uma vez, buscamos olhar para a realidade sem filtros, sem complacência e sem indiferença. Porque somente quem conhece a realidade é capaz de transformá-la.

Os resultados revelaram a existência de mais de cinco mil e seiscientos estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede estadual de ensino.

Mas também evidenciaram desafios relevantes. Centenas de estudantes que necessitam de profissionais de apoio escolar ainda aguardam atendimento. Mais de uma centena de escolas não dispõe de oferta própria de Atendimento Educacional Especializado.

A elevada rotatividade dos profissionais especializados compromete a continuidade pedagógica e a construção de vínculos indispensáveis ao desenvolvimento dos estudantes. E o crescimento dos registros de abandono escolar nos impõe uma reflexão profunda sobre nossa capacidade de assegurar permanência e sucesso educacional.

Esses números não representam apenas indicadores administrativos. Representam vidas. Representam histórias. Representam famílias que depositam na escola a esperança de um futuro melhor.

Foi diante dessa realidade que a COPEC submeteu e o TCE-MT aprovou a Nota Recomendatória nº 02 de 2026.

As recomendações apresentadas constituem uma agenda concreta para o fortalecimento da política estadual de educação especial inclusiva. Uma agenda que contempla a ampliação da oferta de profissionais de apoio, o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, a promoção da acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal, o aperfeiçoamento da articulação intersetorial, a redução da rotatividade dos profissionais especializados e a implementação de estratégias voltadas à permanência dos estudantes na escola.

Trata-se de uma agenda construída sobre evidências. Mas, sobretudo, construída sobre direitos. Porque inclusão não é concessão. Inclusão não é favor. Inclusão não é política acessória. Inclusão é dever do Estado e direito do cidadão.

Este seminário, senhoras e senhores, foi concebido exatamente para fortalecer essa agenda. Estamos reunidos para refletir, aprender, compartilhar experiências e construir consensos. Estamos reunidos para aproximar instituições e estimular soluções.

Estamos reunidos para reafirmar que a diversidade humana não constitui obstáculo ao desenvolvimento educacional; ao contrário, é um dos elementos que enriquecem a experiência escolar e fortalecem a própria democracia.

Hoje e amanhã, teremos a oportunidade de ouvir especialistas, conhecer boas práticas e debater caminhos para a construção de sistemas educacionais cada vez mais inclusivos.

Que este encontro produza conhecimento. Que produza compromissos. Mas, acima de tudo, que produza transformação. Porque as leis já existem. Os diagnósticos já foram realizados. As recomendações já foram apresentadas. O momento agora é de ação.

Permitam-me concluir retomando a mensagem contida em recente artigo que publiquei nas páginas do TCE-MT, da Atricon e de alguns órgãos de imprensa. Mensagem que também inspira este seminário e que sintetiza o significado mais profundo de tudo o que nos reúne aqui.

Não feche os olhos para quem mais precisa. Apresente-se. Apresente-se para o diálogo. Apresente-se para a construção de soluções. Apresente-se para a defesa dos direitos humanos. Apresente-se para a causa da inclusão.

Apresente-se para a construção de uma escola que acolha, respeite e desenvolva cada estudante. Apresente-se para a construção de uma sociedade que não deixe ninguém para trás.

Muito obrigado.